

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

**O OLHAR DOS GRADUANDOS EM PEDAGOGIA SOBRE A  
DIVERSIDADE NOS PRIMEIROS ANOS ESCOLARES.**

**DÉBORA DE CASTRO ALVES**

GOIÂNIA  
2021

Débora de Castro Alves

**O OLHAR DOS GRADUANDOS EM PEDAGOGIA SOBRE A  
DIVERSIDADE NOS PRIMEIROS ANOS ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito básico para a conclusão do curso de Pedagogia.  
Orientadora: Profª Drª Elianda Figueiredo Arantes Tiballi

GOIÂNIA

2021

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	4
CAPÍTULO 1 – Inclusão escolar, seu significado a partir dos pensadores contemporâneos. ....	7
CAPÍTULO 2 – A legislação sobre a inclusão escolar no sistema educacional brasileiro. ....	15
CAPÍTULO 3 – Concepções dos graduandos em pedagogia sobre a diversidade inclusiva no processo de aprendizagem do aluno. ....	22
CONCLUSÃO .....	32
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICES .....	37

## INTRODUÇÃO

A intencionalidade deste trabalho de pesquisa foi de compreender as concepções de graduandos de Pedagogia a respeito da diversidade no processo de ensino-aprendizagem em escolas inclusivas do ensino fundamental, 1ª fase.

Nos últimos quatro anos, de forma assídua em uma instituição escolar, expectei um crescente aumento do número de estudantes com necessidades especiais e a estigmatização que carregam não foram rogadas. Atentei para a necessidade de qualificação na formação continuada e adequada dos docentes para o atendimento dos alunos com alguma deficiência, bem como, o cultivo de condutas e adoção de práticas pedagógicas sensíveis à aprendizagem dos educandos patologizados e medicalizados.

A priori, realizei um levantamento de teses e dissertações com o tema educação inclusiva, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD com refinamento aos anos de defesa entre 2010 a 2020. Foram localizados inicialmente 357 trabalhos, destes, aproximando do tema proposto foram identificados 12 trabalhos. A identificação dos mesmos me permitiu identificar a quatro temáticas que seus autores abordam: Políticas educacionais e gestão na educação inclusiva; Práticas metodológicas educativas na formação de professores e alunos diante da educação inclusiva; Inclusão com alunos autistas; Concepções de educação inclusiva.

Na primeira temática - Políticas educacionais e gestão na educação inclusiva - estão dois trabalhos que, em síntese, discorrem sobre a reverberação que a proposta de escola inclusiva produz nas práxis de gestão escolar, considerando as políticas públicas, a legislação e as diretrizes curriculares para a educação.

Na segunda temática- Práticas metodológicas educativas na formação de professores e alunos diante da educação inclusiva- há quatro trabalhos que, em sùmula, retratam como a formação dos professores e a internalização de saberes sobre a educação inclusiva ocorre na academia, considerando a compreensão dos acadêmicos na conclusão de curso, assim como o seu ecoar nas práticas pedagógicas escolares nos anos iniciais do ensino fundamental e as interações entre as crianças com e sem deficiência na sua constituição como sujeito.

Na terceira temática - Inclusão com alunos autistas- dois trabalhos analisam a perspectiva e concepção de professores sobre a qualidade da escolarização em pessoas com o Transtorno do Espectro Autista em classes comuns do ensino fundamental, assim como a atuação de suas famílias neste contexto.

Por fim, a última temática - Concepções de educação inclusiva- com quatro trabalhos, exprime fenomenologicamente as expectativas dos professores sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência e seus processos pedagógicos de ensino-aprendizagens, enfatizando os dilemas locais. Consideram também as expectativas da família sobre a inclusão de seus filhos em salas comuns e as motivações a partir do diagnóstico da deficiência.

Assim, após a análise das teses e dissertações localizadas na BDTD, foi possível estabelecer o problema norteador da pesquisa que resultou na monografia: Qual a concepção de escola inclusa está presente no discurso dos graduandos do curso de Pedagogia?

O desenvolvimento deste estudo investigativo este pautado pelo objetivo geral de analisar a compreensão dos educadores (estudantes de pedagogia) sobre a inclusão no processo de ensino-aprendizagem da 1ª fase do ensino fundamental. Como objetivos específicos: 1- explicar a Inclusão escolar, a partir dos pensadores contemporâneos; 2- analisar a legislação relativa à inclusão escolar no sistema educacional brasileiro; 3- explicitar a concepção de graduandos do curso de Pedagogia sobre a diversidade em escolas inclusivas.

Para o alcance destes objetivos realizei pesquisa bibliográfica e de campo.

A pesquisa bibliográfica teve início com o levantamento de teses e dissertações já mencionado, o que me permitiu localizar estudos já realizados sobre o tema proposto em banco de dados da BDTD. Para complementar o referencial bibliográfico foram localizados documentos legais, livros e artigos publicados sobre o assunto, em revistas de grande circulação.

Imbricado com a pesquisa bibliográfica foi realizado uma pesquisa com 10 estudantes de Pedagogia, considerando o posicionamento e concepções de graduandos deste curso, sobre a diversidade em escolas inclusivas. Esta pesquisa foi realizada por meio de um questionário, enviado via Google Forms para 10 estudantes do último período do curso de Pedagogia, contendo 10 questões.

O resultado desta pesquisa encontra-se nesta monografia, que contém três capítulos. O primeiro capítulo traz uma explicação da escola inclusiva; o segundo apresenta a legislação pertinente à escola inclusiva e o terceiro apresenta a pesquisa de campo com a análise dos dados obtidos. Por fim, nas considerações finais pontuo os resultados alcançados, na tentativa de responder ao problema que orientou este estudo investigativo.

## **CAPÍTULO 1 – Inclusão escolar, seu significado a partir dos pensadores contemporâneos.**

*“[...] as diversidades nos ajudam, nos desafiam e nos enriquecem. Por isso, nunca se deve ter medo das diversidades: esse é precisamente o caminho para melhorar, para sermos melhores e mais ricos”. (Papa Francisco, 2016)<sup>1</sup>*

Antes de discorrer sobre o tema proposto, é importante recordar como cada ser possui uma unicidade relacionada intimamente ao cosmos e este só encontra a sua completude nas singularidades de cada um. Para percorrer o caminho das significâncias, das riquezas não consumíveis, é preciso enlaçar por completo com a Educação para com ela polir-mo-nos na humanização, na capacidade de enxergar o outro, de ouvir, sentir, não julgar e a agir com sabedoria.

Incomensurável são os pensares e agires humanos contra sua própria natureza, provocando dualidades em todas as esferas e no percurso do tempo. No âmbito educativo, não rara as vezes, reproduzem desigualdades embasadas em políticas neoliberais corroborativas para o declínio das funções medulares da escola. Atitudes estas enraizadas no inconsciente pessoal e coletivo das pessoas e sociedades.

A depauperação dos princípios, virtudes e valores na educação, vem de frente a práxis da educação na diversidade. Diante disso qual o significado de inclusão? Para muitos se define apenas como integração de pessoas que possuem necessidades especiais para a sociedade. Pode-se compreender com esta interpretação que estas pessoas são os diferentes de uma sociedade de iguais. Pois bem, todos são diferentes uns dos outros, mesmos os gêmeos idênticos são diferentes. Portanto, vivemos em uma sociedade de diferentes e únicos. Essa é a maior beleza e riqueza concedida à vida cósmica. A interligação, interdependência dos diferentes.

A inclusão é vivenciada quando o diálogo, as emoções, os sentimentos são respeitados e praticados por todos, neste caso no campo educacional. Padronizar as

---

<sup>1</sup> Trecho do discurso de Papa Francisco aos participantes no Congresso para pessoas deficientes promovido pela Conferência Episcopal Italiana em 11 de junho de 2016.

diferenças tem se mostrado pouco eficiente na educação. É inegociável o respeito as diferenças, pois quanto mais se abre para o diálogo, mais a educação avança sem deficiência. Essa é a experiência educacional escolar que devemos acreditar como possível e construir com humildade, mansidão e fervor.

No congresso de educação inclusiva ocorrido em 2018 no Pará, foi destacado que a educação deve respeitar as condições humanas de forma igualitária e democrática corroborando com o aprender e o apreender a partir da singularidade do indivíduo e seu desenvolvimento como ser humano interligado ao cosmos. Dialogando com este pensar, Maria Teresa Eglér Mantoan, em seu livro “Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?” Expõe a necessidade em romper os paradigmas das estruturas organizacional baseadas no formalismo e racionalidade conservadora, para que a escola flua com a ação formadora para todos em transformação da sociedade justa. A autora ainda diz que o sistema educacional conservador não dialoga entre os diferentes e ressalta a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber, causando a exclusão escolar e da clarificação de uma visão do essencial e do global. Portanto é primordial a compreensão expressiva dos vocábulos “integração” e “inclusão”. O primeiro refere-se “mais especificamente a inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes”. No sistema escolar “Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados”.

E a inclusão, o que este vocábulo fala aos educadores? Qual a sua significância? Com certeza não é sinônimo de integração. Este vocábulo, de acordo com Mantoan, “questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. [...] prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. [...] implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Diante de tão expressivo conceito, nota-se íntima ligação com a práxis educacional. A inclusão irá muito além de saber que existem pessoas diferentes no



mesmo ambiente, esta está vinculada as questões sociais, políticas e culturais. Urge na educação a necessidade em evoluir a significância do fazer e saber para o reconhecimento da diversidade, conscientes de cada todos os seres são intimamente interligados. Assim, pelo artigo: "A escola inclusiva no Brasil: Questões para o debate" escrito por Elianda Figueiredo Arantes Tiballi, compreende-se e considera-se que o tema inclusão deva ser explicado vinculando-o as desigualdades das sociedades de classes. Pois a exclusão não é resolvida com a inclusão escolar, mesmo esta sendo o espaço auspicioso para a equidade é completamente forjada por uma realidade social-política de classes. Portanto, para que a escola exerça com excelência sua missão fundante basta permitir o cultivo da compreensão de que ela é 'lugar específico, onde as gerações são reunidas por grupos de idade a fim de adquirir sistematicamente, segundo procedimentos e modalidades fortemente codificadas, disposições e competências que não são do mesmo tipo das que elas teriam podido adquirir ao acaso das circunstâncias da vida em função de demandas espontâneas' (FORQUIN, 1993, p.169).

A saber, a inclusão se expressa também na cultura e na sociedade. Nos remetemos a isso, quando refletimos, pelas nossas ações, os conceitos que internamente carregamos. Assim, aprendemos com o texto de Carlos Rodrigues Brandão, "A mistificação pedagógica – Realidades Sociais e Processos Ideológicos na Teoria da Educação. Editora Zará. 2º edição. "a importância da educação, primeiramente como transmissão para as crianças de modelos de comportamento que prevalecem numa sociedade, difundindo assim ideias políticas sobre a sociedade, a justiça, a liberdade, a igualdade. Com essa reflexão compreendemos que a concepção de educação é política e também ideológica, assim também a visão sobre a inclusão. Continuando nessa linha de pensamento, José Carlos Libâneo, em "O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para ricos, escola do acolhimento social para os pobres" percebemos como tem agravado a dualidade das escolas e questionamos esse sistema de ensino tecnicista que não proporciona a equidade social, que não cultiva o respeito às diferenças e a solidariedade com o próximo. Essa concepção tecnicista de educação subestima muito a capacidade dos estudantes em progredir intelectualmente, pois seus paradigmas são muito restritos e voltados para aprendizagens mínimas com aquisição de competências básicas. Como podemos evoluir pela concepção tecnicista? Como

os educandos podem se expressar e evoluir, estando fadados a uma única forma? Neste ponto a reflexão se volta a sua origem significativa, as concepções de educação para a diversidade dos graduandos. Esta questão é extremamente importante, pois a continuidade, o forjamento das práxis inclusivas, se dá, também, com estes futuros profissionais.

Neste momento, observaremos uma colheita de uma dúzia de dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD, e procuraremos visualizar o olhar desses graduandos e mestrandos possui sobre a práxis da inclusão. Cada ser em si, aponta seus pensares para um aspecto das práxis inclusivas. Vejamos o que mais interpela nesses documentos.

No trabalho de Martiéli de Sousa Rodrigues, defendido em 2019, com o título de: “ Uma matriz inclusiva e uma gestão escolar: sujeitos e escolas em produção” a autora retrata o funcionamento escolar a partir de uma matriz inclusiva e a forma como ocorre as discussões sobre o tema nos documentos reguladores e orientadores na política brasileira. Esse aspecto é interessantíssimo, pois a legislação brasileira tem avançado nos aspectos educacionais inclusivos. Os dizeres são muito pertinentes ao idealismo social humano de desenvolvimento integral, porém a exercício em executar, tais dizeres, ou seja, tirar do papel, tem dado pequenos passos, ainda muito aquém do almejado.

Pelo documento dissertativo: “Formação inicial e educação inclusiva: um olhar para cursos de licenciatura” escrita por Franciele Rusch König, defendida em 2019, percebemos como ocorre o trabalho de formação de professores vinculado com a educação inclusiva, a partir da oferta de disciplinas voltadas para o tema e de documentos estudados, bem como, da relação assegurada dos acadêmicos com os conteúdos e suas compreensões para a educação inclusiva. Aqui percebemos um avanço, pois destravar essas reflexões na formação de novos professores é um passo significativo no forjamento de uma educação básica voltada para a inclusão e o reconhecimento da diversidade. Contudo, é necessária cautela sobre a forma como vem ocorrendo essas reflexões nas diversas faculdades. Não podemos nos esquecer que não buscamos o mínimo do ser educativo social, mas o máximo alcançável, como nos retrata no documento dissertativo “Educação inclusiva: práticas de professores frente à deficiência intelectual”, defendida em 2012, por Teresa Cristina Coelho dos Santos. A autora fala da vivência pedagógica dos professores, da rede pública, com

os alunos com Deficiência Intelectual e destaca as positivas ações pautadas na pedagogia freudiana, porém ainda com a existência de incipiências acontecendo de forma não sistematizada na escola. Isso demonstra, um olhar pautado nas dificuldades de aprendizagem e não em suas capacidades. Este é um aspecto que não podemos desconsiderar, sobre nenhuma hipótese, na educação, principalmente na educação básica.

Em 2017, a tese “A infância em uma perspectiva inclusiva: análise sobre as Diretrizes Curriculares de Santa Maria, RS” defendida por Ticiane Arruda da Silva, compreendemos como ocorre as políticas públicas para a educação infantil e educação especial, a partir da legislação de alguns municípios do Rio Grande do Sul. Aqui percebemos importantes avanços significativos no processo de inclusão escolar, englobando além das crianças com alguma deficiência ou necessidades educacionais especiais, todas as crianças obrigatoriamente possuidoras do direito a serem incluídas no ensino regular público e de qualidade. Mais uma vez percebemos os passos dados no aspecto legislativo, neste caso, na esfera municipal em alguns municípios. É importante considerar os passos dados e contemplar como tem ocorrido a concepção significativa de inclusão.

Um ano antes, foi defendida uma tese como o título: “Escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: a concepção de educador numa perspectiva inclusiva”, por Luciane Silva da Costa. A autora já trabalha a partir de relatos relacionais entre professor-aluno-família e os aspectos influenciadores no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com transtorno do espectro autista. Retrata também as dificuldades na lida com as diferentes características comportamentais, tais como, a agressividade, importantíssimas barreiras à aprendizagem desses estudantes. Aqui podemos dialogar como ocorre a formação em licenciatura dos educadores e seu preparo para a práxis no processo ensino aprendizagem com os educandos e suas especificidades. Atualmente, urge considerar a formação dos educadores para esta lida, todas essas dificuldades precisam ser consideradas, e não se esperar que se bata na porta esta necessidade para se estudar e aprofundar teoricamente e sua ação, mas antes, estar considerando as possibilidades de autocompreender e trabalhar com o diferente de si.

Na tese: “Concepções e práticas pedagógicas de professores da educação infantil na inclusão de alunos com deficiência”, defendida por Priscila Ferreira Ramos

Dantas em 2012, fala como a prática pedagógica inclusiva favorece a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com alguma deficiência, esta não trabalhada corretamente cria barreiras desastrosas. A autora evidencia a interdependência relacional entre o ensino, vínculos afetivos, sensibilidade, rotina, diferenças pessoais, no intuito de excelentizar a aprendizagem das crianças. Assim como na tese anterior, as inter-relações são pontos de importância consideração no ensino e aprendizagem dos estudantes e com seus familiares. Estas inter-relações também devem consideradas na formação docente. Vemos como em anos diferentes os pontos diferentes sobre o mesmo assunto se comunicam.

Continuando o cultivo bibliográfico sobre a inclusão, a tese de 2013: “A nova política de educação especial e suas decorrências para o atendimento de alunos com transtornos de aprendizagem” com autoria de Kátiusce Giacomelli Tambara, descreve a visão dos professores sobre a práxis no atendimento aos alunos com algum transtorno de aprendizagem. Evidenciou-se a presença do professor de educação especial no ambiente escolar e o encaminhamento dos alunos para os serviços de atendimento externos à escola eximindo-a de suas responsabilidades sobre a não aprendizagem dos alunos. Esta é uma concepção de educação especial como campo epistemológico do saber, como um trabalho, um apoio, uma modalidade. Nesta tese é enfatizado a pobreza de esclarecimento que os professores possuem sobre as diferenças atinentes da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Aqui dialogamos com importância na formação em licenciatura para a significância inclusiva e suas práxis. Um educador deveria estar mais esclarecido e clarificados sobre as diferenças em cada área do saber e da ação pedagógica. Vemos que os avanços sobre os aspectos inclusivos e a diversidade ainda precisa ser apropriado pelos educadores.

Na dissertação de Denise Santos do Amaral, defendida em 2018, com o título: “As (im) possibilidades do ensino colaborativo nos anos finais do ensino fundamental” retrata como os professores compreendem o ensino colaborativo junto aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais (NEE). Neste trabalho aprendemos sobre as dificuldades de articulação entre os professores de educação especial com os de classe regular. Por vezes o acúmulo de atividades proporciona pouco tempo para a efetivação deste modelo participativo. Mesmo com alguma formação neste campo de atuação o ensino colaborativo ainda não é uma prática, mas uma ação que necessita ser disseminada e inculcada entre os professores. Por

mais que avançamos legalmente nos direitos a inclusão para todos a execução desses direitos ainda precisa ser exercida, buscada e estudada constantemente.

O documento dissertativo de 2013 “Um olhar fenomenológico existencial para os docentes do IFES diante das dificuldades de aprendizagem de seus alunos: desvelando a inclusão dos incluídos”, de autoria de Mirella Guedes Lima de Castro, retrata a importância em se perceber o professor como sujeito que vivencia dúvidas e frustrações quando seus alunos não aprendem de acordo com suas idealizações. Esse recorte é fundamental pois o educador é também o protagonista no processo de ensino e aprendizagem e suas ações, emoções, expectativas, frustrações precisam ser consideradas, apoiadas, e enriquecidas no intuito deste se motivar no reconhecimento das particularidades de aprendizagem dos educandos. Um educador constantemente desmotivado, desencorajado não conseguirá alcançar resultados educativos satisfatórios. Mais uma vez percebemos como a formação e o cuidado com a humanização do ser social precisa ser cultivada e defendida. Aprofundando o dialogando com este documento temos a tese: Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito”, desenvolvida por Clariane do Nascimento de Freitas em 2015. Neste documento é retratado como deve ocorrer a defesa de um sujeito inclusivo, quais as pautas devem ser consideradas. Constatamos a necessidade de contextualização vivencial dos valores inclusivos a partir da interação entre as crianças, principalmente na faixa etária de constituição de sua personalidade. Aqui está o ponto que nos remete ao projeto de humanização social do ser. A sociedade onde todos são verdadeiramente incluídos, respeitados e defendidos.

No trabalho dissertativo defendido em 2014 por Cristiane Kubaski, com o título “A inclusão de alunos com transtorno do espectro do autismo na perspectiva de seus professores: estudo de caso em quatro escolas no município de Santa Maria/RS, foi apresentado um ponto interessante, sobre a inclusão dos alunos com TEA, a partir da sua presença, participação, aceitação e aprendizagem no ensino regular. As estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores favoreceram bastante a inclusão dos alunos, contudo, muitas barreiras culturais e sociais ainda impedem a participação mais ativa desses alunos. Aprendemos aqui que a presença do aluno com TEA na escola não garante que o mesmo esteja incluído no processo inclusivo educacional, para tanto é necessário considerar a forma como ocorre a sua participação, aceitação

e aprendizagem, bem como, as relações com os outros estudantes. Constata a partir dessa leitura que o processo de inclusão escolar não ocorre de forma arquivada, precisa ser um enlaçar entre políticas, gestão, coordenação, ação pedagógicas, regências e formação constante.

Na tese “O que a família de crianças com deficiência tem a nos dizer sobre a inclusão escolar de seus filhos?” Defendida em 2013 por Daniella Messa e Melo Cruz, compreendemos como são as reações familiares frente aos diagnósticos de alguma deficiência na criança e a sua percepção de inclusão no contexto das salas regulares. É um trabalho muito significativo pois trabalha com as motivações, expectativas com relação a escolarização das crianças, o entendimento familiar sobre a inclusão escolar e suas relações com a escola. Para a família há dificuldades de concepção e aceitação diante de um diagnóstico de deficiência. Isso afeta todas as relações e é um aspecto que precisa ser trabalhado e acompanhado com cautela. Aqui temos inseguranças, expectativas, frustrações, respeito, sentimentos. Podemos dialogar também com as expectativas e frustrações dos docentes no trabalho com essas crianças. Toda a sociedade precisa conhecer mais sobre as políticas de educação inclusiva. Sobre os direitos que possuem e buscar a execução desses direitos.

No próximo capítulo, articularemos uma reflexão sobre a legislação brasileira a partir do recorte sobre educação inclusiva e voltada para o respeito à diversidade.

## **CAPÍTULO 2 – A legislação sobre a inclusão escolar no sistema educacional brasileiro.**

Neste capítulo atento sobre alguns marcos legais que corroboraram para a inclusão no sistema educacional brasileiro. Ciente de que todos os documentos são resultados de intensa pesquisa e construção da consciência coletiva de um povo, considerando para tanto sua realidade histórico, política, de significância e exercício de direitos e deveres conquistados e almejados.

Como é de saber de todos, a sociedade brasileira após passar por um período intenso de ditadura, procurou vivenciar e estabelecer uma vivência democrática em sua política. Isso não ocorreu e não ocorre como em um passe de mágica, é processual e permeada de avanços e retrocessos, até que se consolide o exercício da cidadania democrática.

A participação da sociedade foi importantíssima para a democracia e a criação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Nesta carta magna é exposto no art. 3º inciso IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Sendo este um dos objetivos centrais deste documento magno de nossa sociedade, devemos considerar suas palavras intrinsecamente relacionadas a educação de todo o povo brasileiro. Podemos perceber inclusive que nesta sociedade há a necessidade de regulamentações sobre atos discriminatórios ainda existentes no seio da nação. O documento é um salto considerável no direito à educação para todos, compreendo que a palavra “todos” inclui decididamente todos, homens, mulheres, crianças, independentemente de sua cultura, localidade ou peculiaridades física, psíquica ou motora.

Em seu artigo 205, diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ”

Aqui fica claro que o ensino é direito de todos, isso abrange as pessoas com peculiaridades físicas, psíquicas e motoras, portanto a educação necessita ser inclusiva e garantida com qualidade, pelo Estado e família. Esse direito deve ser exercido por todos em qualquer faixa etária.

No artigo 208, III, relata uma das garantias que o Estado deverá proporcionar: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” Portanto, a rede regular de ensino deve estar preparada curricular, didática, metodológica e com profissionais devidamente formados e atualizados para a lida educacional, social com toda a realidade dos educandos. Esse é um grande desafio e em essência é constituído de esperança e de um projeto de sociedade livre e participativa.

No ano posterior ao da CF88, encontramos a Lei 7.853/89, que demonstra como que a galopes a consciência legislativa avançava sobre a inclusão e apoio às pessoas portadoras de deficiências. As medidas contidas no parágrafo único, artigo 2 da lei, assegura na área da educação:

“a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios; b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino; d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência; e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo; f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;”

Em tese essas palavras proporcionam esperanças em ações satisfatórias, muito foi construído, muito foi avançado, porém há muito o que se fazer pois a excelência e o hábito não acontecem de forma instantânea, ele precisa ser cultivado diariamente. Esta lei também define como crime, toda ação de cancelamento ou extinção de matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, podendo o recusador alcançar prisão de 1 a 4 anos e ainda contribuir com a justiça através de uma multa.

Outro avanço que a sociedade Brasileira conquistou foi a lei número 8069 de 1990 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste é regulado a obrigação



“Os pais ou dos responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” como nos mostra o artigo 55. Percebemos o avanço na criação deste estatuto em defesa das crianças garantindo que todos possam estudar e ter um futuro digno com a socialização em todas as instâncias da educação. Abro aqui um parêntese para falar de como é importante que a consciência dos pais seja também trabalhada enfatizando a educação de seus filhos, pois se em 1990 houve a necessidade em se criar um estatuto falando da obrigatoriedade dos pais em matricular seus filhos é porque até aquele momento muitos não consideravam isso importante. Esse é um avanço de reconhecimento que nós só podemos nos constituir como nação e evoluir como sociedade humanizada se formos devidamente educados e com direitos defendidos.

No ano de 1994 foi elaborado em Salamanca, na Espanha, uma Conferência Mundial sobre Educação Especial. É uma declaração inovadora, pois discorre uma infinidade de princípios de políticas e práticas respeitadas sobre as necessidades educacionais especiais para as crianças, aqui, digo, não só para elas mas para todos. É importantíssimo pensar que existem princípios e práticas que devem ser adotadas quando se trabalha com pessoas portadoras de alguma necessidade especial educacionais. Nem toda a metodologia educacional alcança as crianças é preciso olhar para cada uma com suas características e peculiaridades procurando a qualificação da aprendizagem. Percebo aqui a necessidade da valorização e qualificação profissional do educador para que o mesmo proporcione uma vivência cidadãos humanizados e verdadeiramente integrado e evoluídos socialmente.

Nesta mesma linha de raciocínio em 1996 foi aprovada a lei 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é um grandiosíssimo avanço na seguridade a todas as crianças sobre um currículo, métodos, recursos e uma organização específica aos educandos em suas necessidades educacionais especiais. No artigo 4º é dito:

“III – Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; ”

Nesta lei também encontramos respaldo na aceleração dos estudos para as crianças que demonstram alguma superdotação no intuito destas concluírem com

mais facilidade os programas escolares. Esta é uma lei que olha para o educando de acordo com suas peculiaridades educacionais considerando os seus interesses, sua realidade, sua existência. Importante ressaltar aqui é a convivência de todos os educandos independente de suas peculiaridades, físicas psíquicas ou motoras.

Em 1999 é regulamentado, por meio de um decreto número 3298, a lei 7853 de 1989 onde há a equiparação de oportunidades a todas as pessoas que são portadoras de alguma deficiência, como diz nos parágrafos I, II, III e IV do artigo 15. “Reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social; formação profissional e qualificação para o trabalho; escolarização em estabelecimento de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimento de ensino especial; e orientação e promoção individual, familiar e social.”

No artigo 24, parágrafo II, diz: “a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino; ” Percebemos com isso como a sociabilização e a inclusão deve estar permeada e valorizada no sistema regular de ensino. Quanto a educação especial no parágrafo VI, § 2º diz: “a educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis considerados obrigatórios. ” Compreendemos que a inclusão no sistema regular de ensino dos educandos é um aspecto importantíssimo na constituição de uma sociedade humanizadora e esta inicia-se com uma educação e formação conscientizadora, não segregadora.

No ano de 2001 o Conselho Nacional de Educação Brasileira pública a resolução número 2 a chamada de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica, onde é determinado que as matrículas de todos os alunos devem serem realizadas no sistema de ensino regular, cabendo a unidade escolar se organizarem para atender os educandos com essas necessidades especiais. Aqui percebemos o reforço dos documentos anteriores e compreendemos que o atendimento especializado, como complementação e suplementação da escolaridade não abre brecha para a possibilidade de substituição ao ensino regular.

Neste mesmo ano é instituído o Plano Nacional de Educação, PNE, com a lei 10.172 de 2001. Destaco aqui a construção de uma escola inclusiva que garanta o

atendimento para a diversidade humana, considerando a diversidade de raças, cores, gêneros, etnias e de especificidade educacionais. Este plano nacional de educação ao lado da lei 3.956 que é a promulgação brasileira sobre a Convenção de Guatemala, procura, por meio de ações pontuais, garantir o alcance dos direitos humanos e de liberdades de forma mais igualitária a todas as pessoas, enfatizando que qualquer forma de discriminação, principalmente aquelas baseadas na diferenciação ou exclusão das pessoas é um impedimento ou anulação do exercício de direitos humanos e das liberdades fundamentais. Como diz o artigo II da lei 3.9856/2001: “Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. ” Vemos aqui outro avanço, pois o plano é uma tentativa pontual em resolver questões que travam o exercício do direito e da igualdade.

Em 2002 há o estabelecimento das diretrizes curriculares nacionais, DCN para a formação de professores da Educação Básica, CNE/CP nº1/2002, onde trata sobre a formação dos professores para educação básica. Percebemos como a formação dos professores é importante para que haja verdadeiramente um sistema educacional inclusivo para que todos se sintam incluídos. Primeiramente os profissionais em educação precisam serem instruídos a pensar e a acolher o diferente, não só para o cuidado, mas na garantia de direitos, visão de igualdade e equidade, para que as suas práticas sejam verdadeiramente inclusivas. Portanto as instituições de ensino superior devem proporcionar um currículo com atenção especial para a diversidade e para a promoção do conhecimento sobre as especificidades educacionais especiais. Percebemos grande avanço social, político aqui, pois a humanização da sociedade educativa começa antes de tudo com a formação humanizadora e inclusiva de seus profissionais. Formação além do sentido instrucional do conhecimento, mas para a vivência da fraternidade, da democracia e valorização das diferenças que os olhos os sentidos podem alcançar.

No ano de 2002 há a promulgação da lei 10.436 que reconhece a língua Brasileira de Sinais como oficial e legal. Este documento determina que a comunicação e expressão da língua Brasileira de Sinais seja garantida e institucionalizada e que o seu uso seja difundido, incluído nas disciplinas e também no currículo educacional, tanto para a formação dos professores, quanto os fonoaudiólogos. Após tantos anos de história, agora o país reconhece a linguagem

das pessoas surdas, este é um marco importantíssimo, pois essas pessoas, até então, não tiveram voz e agora possuem.

Em 2003 a portaria de nº 2.678/02 aprova o uso do braile como forma de linguagem escrita para as pessoas com deficiência visual, incentivando a produção e a difusão de seu uso no ensino escolar. Reconhecer nacionalmente a grafia do braile e recomendar o seu uso em todo o território é um grandiosíssimo avanço na inclusão e humanização das pessoas. Pessoalmente convivi com uma das grandes professoras do Instituto dos Cegos aqui em Goiânia. Ela corroborou com a alfabetização de muitos deficientes visuais. Poder viajar nas histórias literárias com os dedos é uma dádiva riquíssima. A cultura torna-se acessível para todas as pessoas e as barreiras impostas por qualquer limitação podem ser superadas, inclusive uma professora cega pode ministrar conteúdo em uma sala de ensino regular.

No ano de 2004 o decreto nº 5.296 estabelece normas e critérios para promoção e Acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida é um programa que se chama Brasil acessível, ou seja, as escolas de ensino regular elas precisam estruturalmente serem mais acessíveis, assim como toda a estrutura de mobilidade das cidades, tais como as calçadas, as sinalizações nas ruas e edifícios. O direito a liberdade está vinculado a facilidade a sensibilidade de ir e vir em todos os lugares, portanto a adaptação das construções antigas e estruturas das novas construções devem estar em consonância com este decreto.

Em 2005 o decreto nº 5.626 procura a inclusão das pessoas surdas na educação regular fomentando a disciplina de libras no currículo e uma formação certificada ao professor/instrutor e de um intérprete de libras. A língua de sinais passa a ser reconhecida no país, como língua materna para os surdos e a língua portuguesa sua segunda língua. Na educação a promoção das duas línguas deve ser efetiva, tornando assim o ensino regular bilíngue. Percebemos grande avanço pois o reconhecimento dos diferentes e suas peculiaridades linguísticas enriquece a educação e a torna mais acolhedora, humanizada e inclusiva.

Em 2009 o Brasil é signatário da convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, está aprovada pela ONU, estabelece quais as funções do estado para um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Essas convenções e decretos ressaltam aquilo que foi defendido na nossa Constituição de 1988 e procuram a não

exclusão das pessoas com alguma deficiência, do sistema educacional e que este seja garantia de igualdade a todas as pessoas.

O Plano Nacional de Educação, construído em 2011, possui uma meta que pensa a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos, aos estudantes com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino. Para tanto, haveria o repasse duplo do fundo de manutenção e desenvolvimento, o FUNDEB, para o ensino destes alunos. A instituição deveria implementar mais salas multifuncionais, qualificar a formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado e vincular-se ao programa nacional de Acessibilidade, para acompanhamento. O exercício destas metas ainda não foi devidamente alcançado, portanto precisava ser mais inculcado nas pessoas a necessidade da inclusão. É uma questão que demanda tempo e persistência, pois em cada período as necessidades são diferenciadas e precisam ser cuidadas.

Por fim em 2012 a lei 12.764, fala sobre a Política Nacional de Proteção dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista. Esta lei, vem sendo muito estudada e articulada, pois a saber, o diagnóstico de crianças com este espectro tem crescido cada dia mais, porém ainda é preciso ampliar a formação. Os desafios para o trabalho do ensino e a aprendizagem e a vivenciar a inclusão depende muito do rompimento com as estruturas conservantistas do ensino.

No próximo capítulo veremos como os acadêmicos do curso de Pedagogia concebem a diversidade inclusiva.

### **CAPÍTULO 3 – Concepções dos graduandos em pedagogia sobre a diversidade inclusiva no processo de aprendizagem do aluno.**

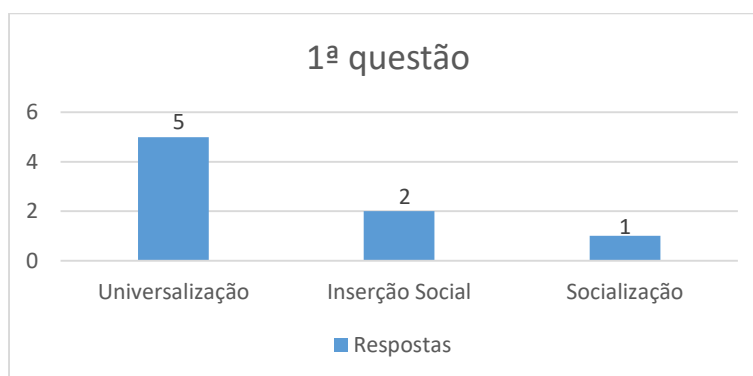
Início a reflexão deste capítulo a partir das concepções sobre a inclusão e diversidade que as graduandas de pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

A coleta sobre essas concepções ocorreu por meio de um questionário, enviado de forma virtual, via GOOLE FORMS, individualmente às graduandas do último período do curso de Pedagogia, do turno matutino. Este questionário respeitou a privacidade da cada entrevistada, não solicitando os dados pessoais das graduandas. Este questionário encontra-se anexado no final desta monografia, de forma completa.

Considero esse método válido, pois considera a opinião pessoal, vivencial e as expressões de conhecimento. Não foi uma entrevista despreziosa ou neutra, pois a mesma foi direcionada por um assunto específico e pautado em pontos específicos da percepção pessoal, sobre a concepção conceitual da inclusão, o exercício da docência em sala de aula com alunos da inclusão, as dificuldades a partir do educando, do educador, da instituição, da formação acadêmica e inter-relacional.

Foram enviados doze questionários com 10 perguntas e obtive oito respostas. Esses números demonstram o interesse sobre o assunto, uma vez que não foi solicitado a obrigatoriedade das respostas.

Na primeira pergunta realizada: Para você qual a importância dar educação inclusiva? As respostas obtidas tenderam para os aspectos da universalização da educação, a inserção social da criança e a sua socialização humana.

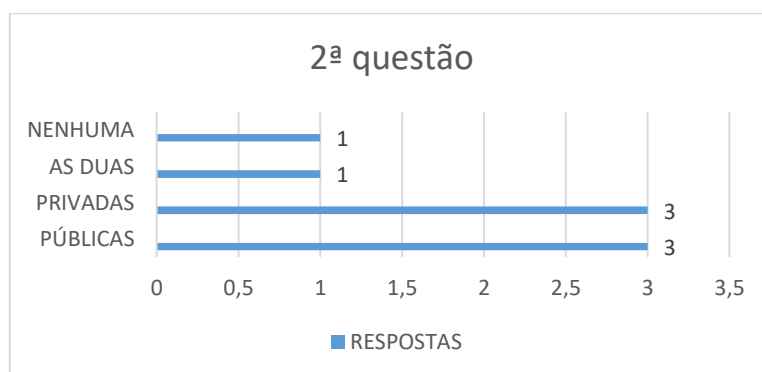


Compreendo com essas respostas que a inclusão e a diversidade são consideradas importantíssimas para as graduandas, mesmo que haja divergência conceitual. Percebo ainda, que para as graduandas, a inclusão permeia prioritariamente a realidade das crianças com deficiência. Esta não é uma tarefa fácil para os professores, com certeza estes necessitam de constante formação, acolhida emocional e relacionamento interpessoal, tudo isso no intuito de que o processo ensino-aprendizagem seja apropriado.

Sobre a inclusão constatei que poucas graduandas possuem uma visão mais universalizada diante da dualidade escola e da desigualdade estruturante da sociedade brasileira. Suas respostas oscilaram entre vinculadas aos estudos quantitativos do comportamento, com visão tradicional do ensino e da aprendizagem, para a uma concepção de participação ativa da criança e da formação do sujeito ativo socialmente.

Conforme afirma Tiballi (2017), todas as pessoas apreendem suas relações sociais reais com paradigmas diversificado e antagônicos, por vezes incompleto, parcial ou idealizado. Isso não isenta o espaço e processo educativo que deve ser prioritariamente inclusivo, ou seja, acolher o estudante de forma participativa independentemente de sua condição social, escolar, condição física, emocional, psicológica, assegurando assim, a integração social e humana do cidadão.

Na segunda pergunta direcionada às acadêmicas: Na sua concepção a inclusão escolar é melhor exercida na escola pública ou privada? Por quê? As respostas obtidas percorreram um caminho paralelo quase de forma igualitária, como mostra o gráfico:



Por meio das respostas percebi que, para as entrevistadas, tanto as esferas públicas quanto as privadas, possuem características inclusivas. Por vezes procuram se adequar em acolher melhor as peculiaridades de seus membros. Porém os gargalos das dificuldades são de dimensões consideráveis e perceptíveis aos olhos de qualquer observador. Há uma necessidade de formação, esclarecimento dos profissionais educadores e da máquina administrativa.

Quando à essência da educação, esta é esquecida, algumas atitudes atabalhoadas se tornam mais visíveis proporcionando um descaso frente àqueles mais necessitados da inclusão. O cuidado para com a forma da inclusão deve perpassar todas as esferas e ser constantemente refletida, amadurecida para que todos tenham por garantia e exercício a educação de qualidade.

Tiballi (2003), reflete se haveria a necessidade de se reinventar a escola para que esta fosse inclusiva, e esclarece que não, bastando para tanto, que a escola não perca o seu foco existencial e fundante, a íntima relação e interação: aluno, professor e conhecimento.

Analisando a terceira pergunta: “O que é preciso fazer para que a escola se transforme em um ambiente inclusivo?” As respostas das graduandas voltaram-se para variados aspectos destacados no gráfico abaixo:



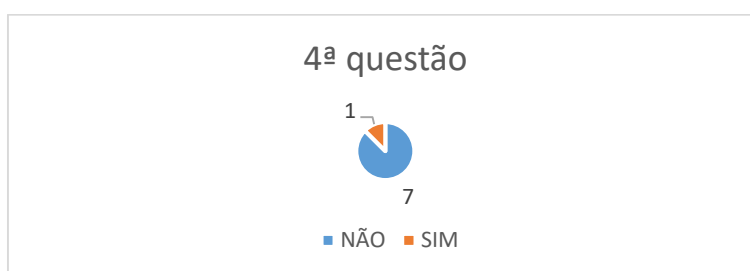
Foi possível constatar que, para as entrevistadas, o ambiente inclusivo deve ser constantemente aprimoramento, revisado, avaliado e readaptado, para as necessidades fundantes da educação. Portanto, há entre elas o entendimento de que esta cultura educativa deve ser vivenciada em todas as dimensões do ambiente escolar institucional. Concordando com esta concepção presente nas entrevistas, é



preciso acrescentar que o patrimônio humano e estrutural da escola deve ser enriquecido dos valores, princípios e das virtudes inclusivas e humanizadoras. É uma estrutura complexa acolher e valoriza as diferenças, mas não é inalcançável além de estar em comunhão com as diferentes inteligências também se volta para o esperar de uma sociedade humanizada.

A partir da reflexão de Tiballi (2003), são vários os princípios considerados orientadores para o alcance da escola inclusiva: respeito às diferenças e igualdade de direitos; cooperação, tolerância e solidariedade; participação social e integração afetiva de todos, especialmente dos portadores de necessidades especiais.

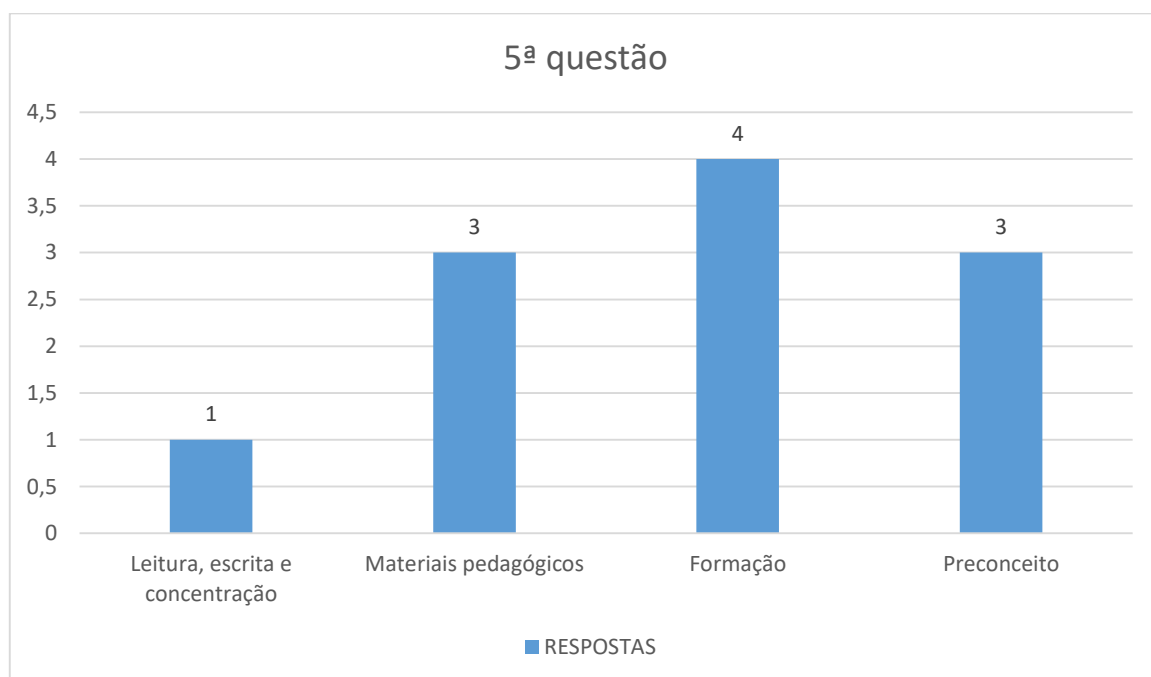
Na quarta questão feita às graduandas: “Você já trabalhou com a educação inclusiva? Como era o trabalho pedagógico inclusivo nas instituições escolares em que você já trabalhou? A rotina na sala de aula e a participação dos estudantes?” Recebi como respostas termos simples como mostro no gráfico abaixo:



Como as perguntas foram direcionadas às graduandas do curso de pedagogia, todas estão ou estiveram em estágios obrigatórios em escolas públicas e algumas participam ou participaram em estágios não obrigatórios em escolas particulares. Portanto, dizer que não trabalharam com a educação inclusiva, a meu ver, parece um pouco obscuro. Pelas respostas é perceptível que não possuem uma clarificação de que o seu trabalho educativo deva ser inclusivo. Aqui está um grande gargalo para a efetivação da inclusão, clarificar os paradigmas do que é inclusão e exclusão.

Um trabalho pedagógico educacional em que não se visualiza os socialmente excluídos tem se mostrado presente nas percepções das acadêmicas. Elas não se visualizaram trabalhando com os excluídos dentro das próprias atividades docentes. Me pergunto, será que todos aqueles rostos foram invisíveis? Como posso exigir de uma estrutura organizacional que seja acolhedora, se o professor não torna o próprio trabalho inclusivo ou não o vê desta forma?

Na quinta questão ofertada às graduandas, “No seu entendimento, qual as principais dificuldades que os estudantes de inclusão escolar encontram em sua formação? ” As respostas devolvidas os patamares da: leitura, escrita e concentração; materiais pedagógicos; formação e preconceito. Estas respostas se quantificaram como mostra o gráfico:



A análise que faço em relação a estas respostas se pauta prioritariamente na formação dos profissionais da educação e em decorrência disso o preconceito dos mesmos e, por vezes, de outras crianças em relação aos colegas com alguma deficiência.

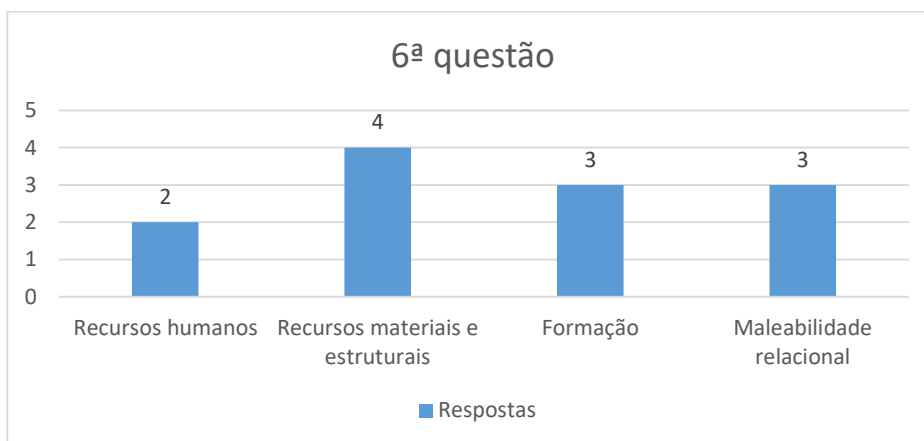
Diante dessas respostas e também do artigo de Tiballi (2017) que apresenta vários estudos sobre as condições socioculturais e desigualdade educativa, os resume dizendo que todos os autores analisados, embora não compartilhassem das mesmas concepções de educação, foram unânimes na constatação de falta de preparo do professor para o cumprimento de sua tarefa pedagógica e, ainda, que o fracasso escolar incidia preponderantemente sobre a criança pobre pois a ela não era garantido o acesso aos estímulos socioculturais que fornecem às crianças das classes médias as habilidades prévias, exigidas como garantia do sucesso escolar

Assim, fica compreensível a visão das graduandas que explicam as dificuldades que os estudantes encontram a partir do despreparo do professor, pois

se o mesmo não se vê apto a este trabalho, também não buscará recursos pedagógicos para utilizar no ensino destas crianças e conseqüentemente não conseguirá captar o interesse e garantir o desenvolvimento das mesmas para a aprendizagem.

É um fato constatado de que nas instituições escolares falta materiais para o trabalho do professor da educação inclusiva, uma vez que estes devem ser constantemente reorganizados, readquiridos, bem como a infraestrutura garantida pela escola. Entretanto, como esta falta de material pode ser constante, se recursos são destinados à escola para aquisição de materiais pedagógicos? Compreendo que sempre precisamos ampliar o investimento nesta área, mas a prioridade deve ser a formação dos educadores, pois nada adianta material pedagógico se os profissionais não o sabem utilizar ou não fazem uso dos mesmos. Aqui percebo que com gestão política atual há uma estagnação financeira e, não rara as vezes, um corte do capital financeiro destinado à educação. Isso afeta e muito a qualificação profissional dos professores e por conseguinte os recursos materiais necessários para o ensino.

Na questão seis realizada às graduandas: “Quais os principais desafios que o professor encontra no fazer a inclusão escolar? ” As respostas obtidas se desdobraram pelos seguintes viés como mostra no gráfico.



Percebi que as respostas a esta questão demonstraram uma preocupação com a máquina administrativa escolar, mostrando pouca maleabilidade relacional entre os profissionais institucionais juntamente com inadequada formação. Um aspecto de grande relevância é a falta de recursos materiais e estruturais dentro da instituição escolar e por fim, poucos ou até ausência de recursos humanos para apoio. Aqui

reflito sobre como esses aspectos, mencionados pelas graduandas, estão interacionados pois a excelência de um necessita da excelência no outro.

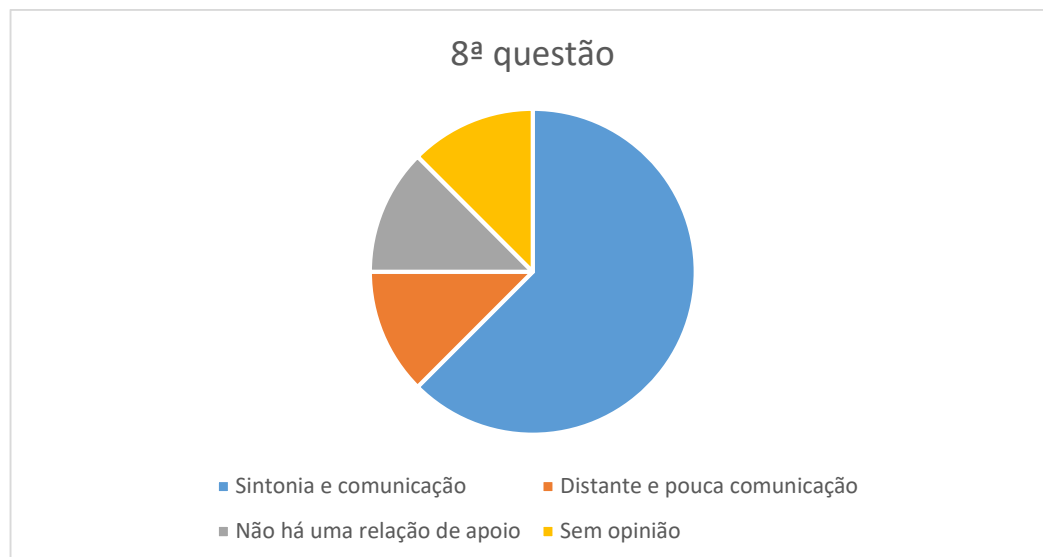
E ainda Tiballi, em seu artigo: “Escola Inclusiva no Brasil: questões para o debate” quando escreve que existem outros assuntos que foca nas desigualdades educativas e por que não dizer nas dificuldades que os professores encontram, tais como a pobreza, considerada como promotora da desigualdade educativa, sobretudo em análises das desigualdades regionais reveladas pelas avaliações em larga escala realizadas pelo Ministério da Educação; as famílias, consideradas como condição necessária para facilitar a melhoria do rendimento escolar das crianças do ensino fundamental.

Na questão sétima do questionário direcionado às graduandas: “Como acadêmico em pedagogia, a sua formação auxilia no desenvolvimento de uma prática inclusiva?” Das respostas obtidas apenas uma foi afirmativa; uma foi vaga e todas as outras disseram não se sentirem preparadas para as práxis inclusivas. Penso que estas respostas devem ser analisadas em conjunto com as respostas da questão quatro. A formação das pessoas e conseqüentemente suas ações demonstram a visão que possuem do outro.

Analiso aqui como a formação acadêmica para os profissionais às portas da obtenção do diploma para regência escolar, não lhes dá segurança para o trabalho docente. Isso deixa claro que a formação obtida, por melhor que seja, não tem sido suficiente para capacitar um professor para a educação inclusiva. Portanto, muitos professores que incentivam a medicalização e a culpabilização do aluno, não decorre, primeiramente, da má qualidade de sua formação profissional? Estes profissionais deverão cultivar uma rotina autodidata para a inclusão? Pois espera-se, também, de um pedagogo, habilidades para coordenar reformas curriculares, desenvolver novos métodos de ensino e aprendizagem, promover ações e métodos de inclusão nas escolas, trabalhar com educação especial e hoje temos um grupo de graduandas concluindo seus cursos sem este preparo.

É esperado de todo professor que este continue se qualificando, sendo competente diante do diferente e que execute as ações próprias de sua função com maestria, mas a sua qualificação no curso de formação de professores deve lhe dar embasamento teórico e metodológico.

Na questão oitava: “A partir da sua experiência escolar, como você vê a relação do professor regente e do professor de apoio no processo de aprendizagem do aluno da inclusão? As respostas das graduandas foi de:



As entrevistas permitiram constatar que há grande interesse e participação no trabalho entre os professores regentes e de apoio, porém não deixa de ser significativa os pontos relacionados à distância e comunicação entre esses profissionais. Fica evidenciado que a confiança e respeito devem perpassar toda a relação, e nesta deve conter também a formação apropriada para cada que um a desempenhe com excelência sua função específica. Quando há verdadeiro interesse na aprendizagem, ambos os profissionais procuram superar suas limitações para o ofertar a melhor mediação de ensino. Caso o relacionamento entre os profissionais seja atabalhado a educação possivelmente caminhará apenas para a reprodução de um assistencialismo não educativo às crianças. Isso deve ser evitado dando o primeiro passo que é o investimento na formação de professores com uma visão de inclusão mais ampliada.

Na questão nona do questionário: “Como ocorre a prática do planejar e avaliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da inclusão? ” As respostas das acadêmicas percorreram os seguintes pontos da pratica de um planejamento:

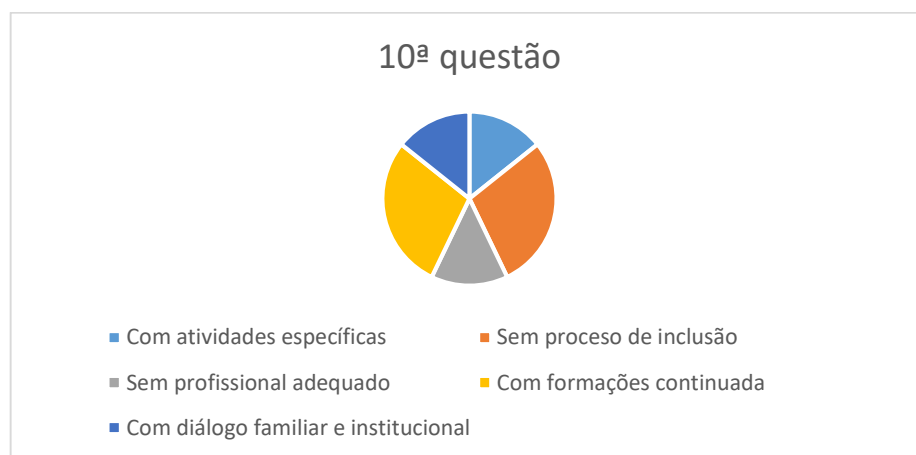
- Conhecer a realidade;
- Refletir e propor metas;

- Planejar avaliações contínuas e diversificadas em acordo com as habilidades e competências existentes nos alunos.
- Atrativas e coerentes.

As respostas sobre a avaliação percorreram um caminho lógico, mas este não foi percorrido por todas, e também não mencionaram com reavaliar e reorganizar os métodos de ensino. A meu ver cada resposta se mostrou um tanto superficial e pouco conclusiva.

A prática do planejar e avaliar no ensino inclusivo não deve ser somente uma referência de dados obtidos como o da avaliação em larga escala, precisa considerar a formação ampliada dos estudantes para o reconhecimento da cidadania e do respeito.

Por fim, a última questão: “Na instituição escolar em que você atua, como acontece o preparo para o trabalho com os estudantes no processo de inclusão?” As graduandas apresentaram respostas voltadas para:



Pela maioria das respostas à esta pergunta fica evidente de que há um interesse esboçado em atitudes e ações inclusivas. Percebe-se também, nas respostas obtidas, certas dificuldades em expressar como ocorre o preparo para um bom trabalho docente em escolas inclusivas. É notório que falta planejamento, trabalho coletivo, reavaliação das metas, diálogos...

Ressalto que as respostas foram provenientes da experiência das graduandas do curso de Pedagogia com a docência em escolas de ensino fundamental e não da formação adquirida academicamente neste curso. De forma

geral, as respostas à todas as questões, me faz refletir sobre o modelo de educação inclusiva realizada nas práticas cotidianas escolares, principalmente quando procurei analisar as respostas que das graduandas que demonstraram perdas diante da questão. A meu ver, pareciam não saber do que se tratava e, portanto, distantes da promoção de uma sociedade inclusiva.

Alegro-me em reconhecer o desejo, em algumas respostas, que demonstram interesse em superação de suas limitações frente aos desafios educacionais. A meu ver, estas respostas são provenientes de experiências escolares verdadeiramente vivenciadas e com o esperar de serem alteradas.

## CONCLUSÃO

O presente estudo investigativo é o fruto de grande reflexão, batalhas internas, muitas leituras e principalmente do esforço em superar os limites da escrita. Concluo ressaltando a vasta riqueza das produções acadêmicas sobre o tema, os avanços legais que o Brasil alcançou desde a retomada da democracia, incluindo em todos os níveis a universalização do ensino.

A riqueza de documentos e escritos reflexivos corroboram em muito para o projeto de sociedade inclusiva. A saber, levantando bandeiras e propagando a discussão cidadã e democrática.

Concluo também que todos os recursos, estratégias, currículos e marcos legais sobre a educação inclusiva ainda precisam ser avançados em sua execução. Mas, o que ficou mais evidenciado com este estudo foi a grande demonstração de rudimentar conhecimento e teóricos e prática por parte dos graduandos de Pedagogia sobre a educação inclusiva em sala de aula. Preocupo-me muito em como as crianças, confiadas aos novos educadores, serão ensinadas.

A educação inclusiva não é paralela à educação escolar, ela deve ser a educação escolar. Não é uma tarefa fácil para os professores, seu trabalho será constantemente questionado quando não o for exercido com excelência, quando as relações na diversidade forem atabalhoadas e evidentemente preconceituosas, não educativas.

Concluo que o trabalho e a formação de educandos e educadores devem ser enlaçados, para que a educação escolar seja fértil de conhecimento, respeito, e apropriadas para o exercício da cidadania e participação social.



## REFERÊNCIAS

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 1. ed – São Paulo: Sammus, 2015.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 02, ed. 1, v. 16, p. 522-545, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-continua-educadores>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, nov. 2007, ed 44. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 17 jun.2021.

KOSCHECK, Arcelita. Educação Especial e Inclusiva na Educação Infantil – Um olhar especial. **Revista Gestão Universitária**. Set. 2019. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/educacao-especial-e-inclusiva-na-educacao-infantil-um-olhar-especial>> Acesso em: 17 jun. 2021.

ARANHA, M.S.F. Educação Inclusiva: Transformação Social ou Retórica. In: Sadao Omote. (Org.). Inclusão: intenção e realidade. 1. ed. Marília (SP): FUNDEPE, 2004, v., p. 3760

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: transformação social ou retórica? In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004. Disponível em:<[https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305685/mod\\_resource/content/0/Modulo/EI\\_Transformacao\\_Social\\_ou\\_Retorica\\_-\\_Conferencia\\_Marilia.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305685/mod_resource/content/0/Modulo/EI_Transformacao_Social_ou_Retorica_-_Conferencia_Marilia.pdf)> Acesso em: 17 jun. 2021.

CRIPPA, Rosimeiri Merotti. Educação Inclusiva: Uma reflexão geral. **Cadernos da FUCAMP**, v.11, n.15, p. 155-176, ano 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/208-1016-1-PB.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – 21º ed. - São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002. Disponível em: <[http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire\\_P\\_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf)> Acesso em: 17 jun. 2021.

CRUZ, Daniella Messa e Melo. O que família de crianças com deficiência tem a nos dizer sobre a inclusão escolar de seus filhos? 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. - <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6068>

KUBASKI, Cristiane. INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN THE PROSPECT OF THEIR TEACHERS: A CASE STUDY IN FOUR SCHOOLS OF THE CITY OF SANTA MARIA / RS. 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. - <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7132>

FREITAS, Clariane do Nascimento de. INDICATORS OF INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND ITS IMPLICATIONS IN THE SUBJECT OF THE CONSTITUTION. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. - <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7221>

CASTRO, Mirella Guedes Lima de. Um olhar fenomenológico existencial para os docentes do IFES diante das dificuldades de aprendizagem de seus alunos: desvelando a inclusão dos incluídos. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. - <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6016>

TAMBARA, Katusce Giacomelli. THE NEW POLICY FOR SPECIAL EDUCATION AND ITS CONSEQUENCES FOR THE ASSISTANCE OF STUDENTS WITH LEARNING DISORDERS. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. - <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7058>

DANTAS, Priscila Ferreira Ramos. Concepções e práticas pedagógicas de professoras da educação infantil na inclusão de alunos com deficiência. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14475>

COSTA, Luciane Silva da. CHILDREN'S SCHOOLING WITH SPECTRUM DISORDER AUTISTA: THE EDUCATOR DESIGN IN PERSPECTIVE INCLUSIVE. 2016. 53 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7260>

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos. Educação inclusiva: práticas de professores frente à deficiência intelectual. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. - <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14539>

TIBALLI, E. F. A. (2017). A ESCOLA INCLUSIVA NO BRASIL: QUESTÕES PARA O DEBATE. *Revista Científica De Educação*, 1(1), 142-160. Recuperado de <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/13> - DISPONIVEL EM: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/13> E ACESSADO EM 09/12/2021 - **Publicado:** jan. 6, 2017

CRUZ, Daniella Messa e Melo. O que família de crianças com deficiência tem a nos dizer sobre a inclusão escolar de seus filhos? 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. - <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6068>

KUBASKI, Cristiane. INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN THE PROSPECT OF THEIR TEACHERS: A CASE STUDY IN FOUR SCHOOLS OF THE CITY OF SANTA MARIA / RS. 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. - <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7132>

FREITAS, Clariane do Nascimento de. INDICATORS OF INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND ITS IMPLICATIONS IN THE SUBJECT OF THE CONSTITUTION. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. - <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7221>

CASTRO, Mirella Guedes Lima de. Um olhar fenomenológico existencial para os docentes do IFES diante das dificuldades de aprendizagem de seus alunos: desvelando a inclusão dos incluídos. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. - <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6016>

TAMBARA, Kátiusce Giacomelli. THE NEW POLICY FOR SPECIAL EDUCATION AND ITS CONSEQUENCES FOR THE ASSISTANCE OF STUDENTS WITH LEARNING DISORDERS. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. - <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7058>

DANTAS, Priscila Ferreira Ramos. Concepções e práticas pedagógicas de professoras da educação infantil na inclusão de alunos com deficiência. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14475>

COSTA, Luciane Silva da. CHILDREN'S SCHOOLING WITH SPECTRUM DISORDER AUTISTA: THE EDUCATOR DESIGN IN PERSPECTIVE INCLUSIVE. 2016. 53 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7260>

LIBANÊO, José Carlos. O DUALISMO PERVERSO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: ESCOLA DO CONHECIMENTO PARA RICOS, ESCOLA DO ACOLHIMENTO PARA POBRES. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.1 p. 13-28. 2012

Inclusão já. Em defesa do direito à educação inclusiva. Acessado em: 07 de novembro de 2022. <https://inclusão>

da.com.br/legislação/#:~:text=1989%20%E2%80%93%20Lei%20n%C2%BA%207.853%2F89,seja%20ele%20p%C3%BAblico%20ou%20 privado.

Educação Inclusiva: Conheça o histórico da legislação sobre Inclusão. 04/03/2020 – artigo, entender a educação básica, serviço. Acessado em 07 de novembro de 2022. <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>

GOMES, Selma Regina. ESCOLARIZAÇÃO PATOLOGIZADA: CONFIGURAÇÕES DE UMA PRÁTICA EDUCACIONAL. / Sema Regina Gomes. 2019. 173 f.t il. (Tese de doutorado, defendida em 2019, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.)

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO FRENTE À DIVERSIDADE SOCIAL E CULTURAL NA ESCOLA. Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar / [organizadoras, Verbena Moreira S. de S. Lisita, Luciana Freire E. C. P. Sousa]. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DESIGUALDADE EDUCATIVA NO DISCURSO EDUCACIONAL BRASILEIRO. Educação e desigualdades sociais / Marília Gouveia de Miranda, (organizadora). – Campinas, Sp:Mercado de Lewtras, 2016. (As Dimensões da Formação Humana).

## APÊNDICES

### Questionário sobre a Inclusão Escolar

A conceituação e a práxis da inclusão escolar

Este questionário tem por objetivo coletar dados sobre a perspectiva de graduandos de pedagogia a respeito da educação inclusiva em escolas de ensino fundamental. A análise dos dados coletados será objeto de Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia.

Sua identidade não será identificada neste questionário.  
Grata pela compreensão e colaboração de todos.

#### 1. Para você qual a importância dar educação inclusiva?

1ª resposta: Proporcionar igualdade de possibilidades e oportunidades para todos em diversas questões, não importando a quem seja. A educação inclusiva é uma educação para todos.

2ª resposta: Precisamos que todos se sintam parte e façam parte da nossa sociedade. É direito de todos isso, a inclusão é obrigatoriedade em todos os locais.

3ª resposta: Possibilitar que as crianças especiais seja de fatos incluídas na escola e sejam atendidas.

4ª resposta: Para permitir os estudantes de necessidades especiais desenvolva o convívio com outras pessoas.

5ª resposta: É importante para garantir o acesso, permanência e acesso à escola para todos, independentemente de suas diferenças físicas e intelectuais.

6ª resposta: É de grande importância para o trabalho dentro e fora da instituição escolar.

7ª resposta: Educação inclusiva é muito importante pois com ela podemos dar acesso da educação pra muitas crianças que tenham alguma especificidade.

8ª resposta: É importante para desconstruir preconceitos, para trabalhar o respeito e a solidariedade entre os indivíduos, o convívio e o respeito as diversidades

#### 2. Na sua concepção a inclusão escolar é melhor exercida na escola pública ou privada? Por quê?

1ª resposta: Não tenho muita experiência na educação pública, portanto é um pouco difícil de falar. Mas acredito que as duas tem algo a contribuir. A instituição pública apresenta as salas de apoio, com algumas pessoas para auxiliar dentro da sala de aula. Na instituição privada percebi que o pessoal de apoio tem mais especialização e formação.

2ª resposta: Na minha concepção, na escola privada. Atualmente, pela minha percepção, não há um atendimento adequado nas redes de ensino público, em muitos lugares não há profissionais suficientes para a grande demanda, e a impressão que fica é que os alunos estão esquecidos.

3ª resposta: Acredito que nas escolas públicas, mesmo com as dificuldades, com a falta de estruturas das escolas. As instituições privadas

possuem mais resistência em incluir essas crianças e adolescentes que possuem alguma deficiência por exemplo.

4ª resposta: Na Educação pública. Pois em todos os meus estágios tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental percebi a importância de respeitar o tempo de cada criança.

5ª resposta: Acredito que na escola pública, acho que há um melhor acolhimento nas redes públicas, mesmo que falar estrutura muitas vezes.

6ª resposta: nenhuma, pois podemos ver a falta de pessoas que trabalham como apoio nas duas.

7ª resposta: Privada, por terem chance de contratar um profissional adequado

8ª resposta: Nas públicas.

3. O que é preciso fazer para que a escola se transforme em um ambiente inclusivo?

1ª resposta: É necessário que a direção de atente as questões da inclusão, desta forma todo o corpo docente irá seguir linhas que também se preocupam com a inclusão, até chegar aos alunos.

2ª resposta: Capacitar professores, contar com o auxílio de profissionais especializadoa, modificar o ambiente da escola, com rampas, informes em braile, intérpretes de libras etc

3ª resposta: Preparar atividades propostas que possam incluir a todas crianças com suas diversidades de especificidades.

4ª resposta: Uma educação que leve os estudantes á superar seus precocitos, e valorize as diferenças.

5ª resposta: Considerar todos ali presentes, independente de suas diferenças ou dificuldades.

6ª resposta: Adptar os ambientes escolares, profissionais adequados, cursos preparatório

7ª resposta: Adaptações para cada nessecidades das crianças e adolescentes.

8ª resposta: Tenham professores abitados a educação inclusiva

4. Você já trabalhou com a educação inclusiva? Como era o trabalho pedagógico inclusivo nas instituições escolares em que você já trabalhou? A rotina na sala de aula e a participação dos estudantes?

1ª resposta: Não

2ª resposta: não

3ª resposta: não

4ª resposta: não

5ª resposta: Sim. As atividades são adaptadas seguindo o nível de desenvolvimento do aluno, e o aluno participa de todas as atividades do grupo. Também comunicação entre professores regentes e professores de apoio, coordenação e orientação pedagógica.

6ª resposta: Nunca trabalhei com educação inclusiva.

7ª resposta: Nunca participei.

8ª resposta: Não trabalhei.

5. No seu entendimento, qual as principais dificuldades que os estudantes de inclusão escolar encontram em sua formação?

1ª resposta: A estrutura (falta de materiais, recursos, equipamentos), a falta de formação adequada para os profissionais da área, e preconceito dos outros estudantes, e até mesmo da direção

2ª resposta: Encontrar uma escola que proponha uma inclusão real, com adaptações específicas para se obter a inclusão de todos os sujeitos.

3ª resposta: A atenção, a compreensão dos outros e o conhecimento na forma de trabalhar dentro da sala de aula.

4ª resposta: Os preconfeitos e a falta de acessibilidade das escolas e preparações dos funcionários.

5ª resposta: A falta de conhecimento dos profissionais que acabam não sabendo como ensiná-los.

6ª resposta: Dificuldade na aprendizagem e interação com professores e alunos

7ª resposta: Leitura, escrita e concentração.

8ª resposta: .

6. Quais os principais desafios que o professor encontra no fazer a inclusão escolar?

1ª resposta: Na mediação do processo de ensino e aprendizagem, no planejamento pedagógico para melhor atender as dificuldades e particularidades dos estudantes

2ª resposta: A escola precisa estar disposta a mudanças e dar abertura para os professores também e claro precisa de recursos.

3ª resposta: O contato com o aluno o material necessário para trabalhar com a quele aluno.

4ª resposta: A falta de recursos, estrutura, formação e até mesmo apoio do corpo docente.

5ª resposta: A formação especializada, a paciência e estrutura da instituição.

6ª resposta: Acredito que a falta de formação.

7ª resposta: Falta de professores de apoio.

8ª resposta: Não entender o aluno

7. Como acadêmico em pedagogia, a sua formação auxilia no desenvolvimento de uma prática inclusiva?

1ª resposta: Sim

2ª resposta: não

3ª resposta: Incluir sem excluir.

4ª resposta: Não

5ª resposta: Acredito que não foi a melhor, pois não tive uma disciplina que tratasse sobre este tema. De modo geral, contribui mas precisa melhorar.

6ª resposta: A formação no curso de Pedagogia não capacita o docente para uma educação inclusiva, se faz necessário a procura de uma formação específica, para além do curso de Pedagogia.

7ª respostas: No meu olhar eu penso que poderiam ter mais aulas específicas na área.

8ª resposta: Pouco porque essa questão exige uma formação continuada do professor, o que vimos sobre a inclusão foi muito vago

8. A partir da sua experiência escolar, como você vê a relação do professor regente e do professor de apoio no processo de aprendizagem do aluno da inclusão?

1ª resposta: Tive pouca experiência, pelo que pude perceber a professora regente e a professora de apoio dialogavam sobre a criança e sobre a sua aprendizagem

2ª resposta: Ambos precisam estar em sintonia, boa convivência para que haja um processo de aprendizagem adequado para a criança.

3ª resposta: Na maioria das vezes não há uma relação de apoio mútuo entre ambas.

4ª resposta: É um trabalho em parceria com muita comunicação e clareza.

5ª resposta: Um pouco distante, com pouca comunicação, etc.

6ª resposta: Ainda não tive experiência nesse sentido.

7ª resposta: Eles precisam estar em sintonia

8ª resposta: Parceria.

9. Como ocorre a prática do planejar e avaliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da inclusão?

1ª resposta: Acredito que o professor deva refletir sobre sua prática pedagógica, e a realidade de cada aluno, para que possa possibilitar um bom ensino-aprendizado, e uma avaliação segundo a situação.

2ª resposta: As atividades são adaptada seguindo individualmente o nível de desenvolvimento de cada aluno e a avaliação deve seguir o mesmo padrão das atividades propostas.

3ª resposta: Acredito que na avaliação do desenvolvimento, a partir da relação com o aluno, percebendo as suas características, suas limitações, o que ele consegue realizar

4ª resposta: Não tenho esse conhecimento, mas acredito que precise considerar todos.

5ª resposta: Precisa ser algo que os chame atenção

6ª resposta: Com diversas maneiras de avaliação

7ª resposta: .

8ª resposta:

10. Na instituição escolar em que você atua, como acontece o preparo para o trabalho com os estudantes no processo de inclusão?

1ª resposta: Onde trabalhei há um tempo atrás havia um aluninho com problemas visuais e a professora de apoio fez uma atividade específica pra ele.

2ª resposta: Nunca tive contato, pois na turma e período que atuo não há estudantes no processo de inclusão.

3ª resposta: Conversas com a família da criança e com a coordenação do local.

4ª resposta: Há dias de formação com o pessoal especializado, etc.

5ª resposta: Não acontece, pois não tem um profissional adequado

6ª resposta: Possui formações específicas.

7ª resposta: Não ocorre

8ª resposta: Siiiiim